

## E NUNCA MAIS FOI A LEITURA ADIANTE

A sociedade humana é composta por homens mortais. Analisada sob o ângulo absoluto da sucessão das gerações de homens mortais, a sociedade é, contudo, imortal. A solução dos termos aparentemente antitéticos desta equação encontra-se na continuidade das instituições e valores dos povos resgatados pelos sucessores. José Carlos Reis observa [1] então, que, na perspectiva de Ricoeur,

***Os sucessores sempre procurarão resgatar os antecessores da morte e do esquecimento. A noção de sucessão de gerações reúne espécie e história. Há uma reposição biológica e simbólica dos homens.***

Reposição simbólica e, acrescentaríamos, nas pegadas de Mircea Eliade, da própria compreensão do que, ao longo de milênios, se compreendeu por única realidade [2]. Expliquemos.

A descoberta da historicidade, quer dizer, da construção da história e da irreversibilidade dos acontecimentos, emerge nos primórdios das sociedades de classes na Babilônia, Egito, Pérsia, Israel, entre reis e sacerdotes. Descoberta que leva ao registro dos fatos para uso dos sucessores, a consciência social da historicidade atesta a percepção da existência humana como uma Queda, perda do sentido mágico da vida, de um tempo onde não havia história e, portanto, separação entre sagrado e profano. Tal descobrimento conduz à transfiguração da história nos termos de uma renovação contínua, dentro do calendário, quer dizer do tempo social profano, da recriação do cosmos e do sentido do divino. As festas e cerimônias periódicas através das quais o mundo profano se reapropria simbolicamente do sagrado é visto como a expressão da única realidade.

Essa conversão representa a consciência do “terror da história” que, entre os judeus, assumiu a forma de uma teofania e assim se transmitiu para os outros “povos do Livro” (cristãos, muçulmanos).

Mas o que se assegura com tal reconstrução do divino ou da intervenção divina na vida dos povos? No caso dos judeus, diz Eliade, a teofania assegura a identidade étnica diante de Estados mais poderosos, na direção dos quais os judeus caminham em tempos de paz e prosperidade:

***Sempre que a história o permitia, sempre que surgia uma época de relativa paz e prosperidade econômica, os hebreus afastavam-se de lavé e aproximavam-se dos Ba'als e dos Ashtartés dos vizinhos.***

Os mitos de Babel e das cidades de Sodoma e Gomorra constituem, na tradição judaica, a clara expressão do afastamento dos povos de Deus. Soberba e pretensão ao ilimitado.

Durante os milênios dominará o “terror da história”. Então, por um breve período, surgirá e se desenvolverá uma alternativa profana que a supera. Tal é o sentido do “milagre grego”.

Entre os atenienses durante o século de Péricles, quer dizer, do auge da democracia (440 a 404 a C), a consciência histórica irá lograr um estatuto distinto, profano, antecipando por milênios, a historicidade moderna. Não sendo possível aqui desenvolver os passos desse intrincado e singular processo no qual a infância do Ocidente se vislumbra com um esplendor inesquecível, devemos lembrar que os estudos históricos e arqueológicos podem revelar-nos características da incipiente e primitiva *luta de classes* que, sustentada no pilar passivo da escravidão, divide os cidadãos por conta das fortunas, tal como nos sugere Jean-Pierre Vernant [3], mas não necessariamente dos modos de pensar e perceber a sociedade e o mundo. Para tanto precisamos dispor das suas objetivações, das obras nas quais se plasmam esses modos. O paradoxo no caso é que a manifestação da consciência social deste processo, espelhada nos ensinamentos dos sofistas, somente será possível graças ao pensamento dos seus antagonistas, isto é, dos socráticos.

A época da democracia é também a da formação dos cidadãos e, com esta, da inclinação da reflexão filosófica da natureza e do sentido cosmológico para a política, a ética e a própria verdade, diz-nos Marilena Chauí.<sup>1</sup> Os novos mestres da educação que substituem os poetas da época arcaica, como Homero e Hesíodo, são estrangeiros. A crítica da aristocracia *que temia a concorrência das outras classes sociais nas assembleias* baseava-se no pressuposto de que o cidadão o é por sua própria natureza, não se podia ensinar a alguém ser cidadão. Os sofistas eram acusados de serem estrangeiros que *desconheciam a estirpe Ática*. De fato, eram

---

<sup>1</sup> Marilena Chauí. Introdução À História da Filosofia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

oriundos da Jônia, onde *os contatos com outros povos fora decisivo* para o surgimento de um novo saber, a história, inventada por Heródoto.

***A história leva os sofistas à percepção das variações dos povos, leis, costumes e idéias, e a não dar valor absoluto aos costumes, leis e idéias dos gregos.***

Este será o foco da divergência entre sofistas e socráticos. Para estes últimos, representados pelo seu expoente máximo, Platão, os sofistas apóiam-se nas aparências e nas opiniões (*dóxa*).

Cosmopolitas em sua época, isto é, pan-helênicos, os sofistas têm na figura de Protágoras de Abdera o formulador do convencionalismo, da teoria de que o conhecimento é concreto, histórico, dependente da percepção, idéias e ação dos homens. *O homem é a medida de todas as coisas*, teria dito ele, segundo afirma Platão.

Então a possibilidade de uma ruptura da continuidade entre os sucessores e o sentido de uma sociedade constituída por mortais deve adquirir também um estatuto na reflexão histórica. Na medida em que pensamos a sociedade caracterizada pela posição assimétrica dos homens em termos de poder, que passamos às "sociedades de classes", "nacionais", às "civilizações" e ao seu entorno "bárbaro", às guerras e à destruição das culturas, vamos percebendo como a descontinuidade, o evento, o tempo enquanto oportunidade (*kairós*) interessa fundamentalmente aos oprimidos.

A questão da memória e do esquecimento, posto nos termos de uma dialética da duração, é o *leitmotiv* da História. A história, rigorosamente, nunca começa. Mais certo é dizer que continuamente recomeça - como se cada geração realizasse sempre um novo começo, como escreveu Franz Kafka, na *Carta ao meu pai*:

***O momento decisivo do desenvolvimento humano é permanente. Por isso os movimentos espirituais revolucionários estão certos em declarar nulo tudo que lhes precede, pois nada ainda sucedeu.***

O tempo é matéria de identidade social e o esquecimento de alguns dos feitos em épocas anteriores ressalta o sentido de exclusividade e de esforço

daqueles que precisam inaugurar uma nova tradição, convencendo os contemporâneos.

Tão logo se imponham, os novos senhores precisam garantir sua continuidade. Devem fixar uma imagem do seu poderio, tanto do ponto de vista material como simbólico. Cunhagem de moedas, construção de monumentos e uma história dinástica com a fixação de imagens do passado são expressões da nova soberania.

Repensando o problema da dominação no capitalismo contemporâneo, numa época em que a sociedade somente pode representar-se a si mesma como uma “sociedade de consumo”, Michel de Certeau [4] apontou para a absoluta relevância do tempo enquanto uma categoria dos dominados, em oposição à categoria do espaço, expressão de um querer e poder daqueles que dominam.

O tempo histórico dos vencidos encontra sua forma no trabalho dos historiadores, dos antropólogos e também dos poetas. Na poesia, o tempo é recuperado como memória de um relato baseado na identificação do poeta com seu povo, capaz de atrair as inumeráveis vozes de sua cultura, de seus fundamentos míticos e elementares [5]. Se o mundo é quem habita o poeta (Victor Hugo), então o poeta pode ser o narrador de um tempo perdido. Por isso, Neruda diz:

***Yo estoy aquí para contar la historia.***

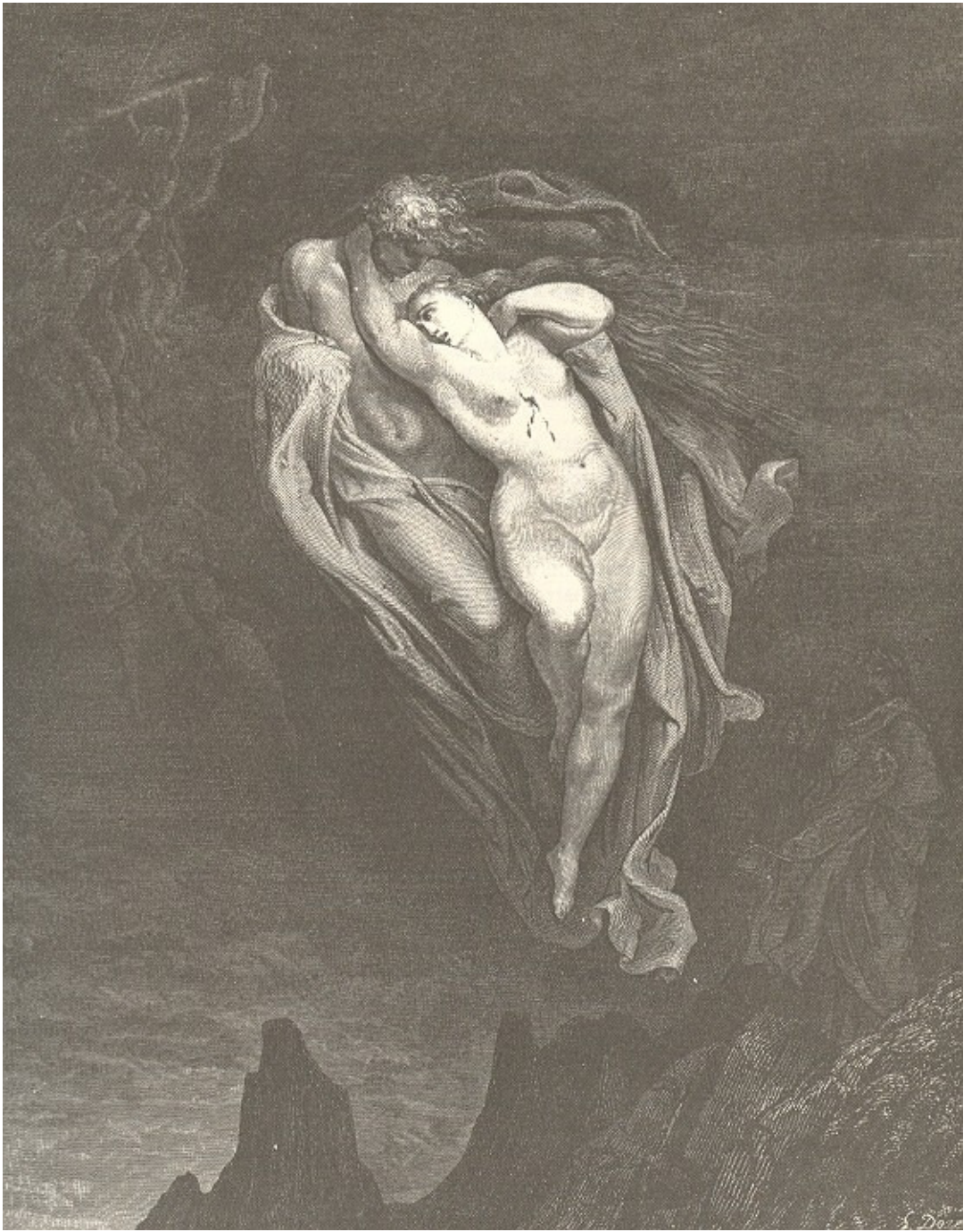
Ele tem a força *para atravessar o silêncio e germinar nas trevas*, para envolver-se com os elementos, morrendo e renascendo. É na oposição entre os elementos, entre a força negativa da água e a positividade combativa do vento que se manifestam a morte e a vida, o esquecimento e a lembrança, a própria poesia.

Memória e esquecimento na dialética da duração encontram uma belíssima expressão nos versos do canto V da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri. No segundo círculo do Inferno, onde os condenados por luxúria ficam submetidos incessantemente à ventania, o poeta entra em contato com as almas atormentadas Francisca e Paulo. Da jovem ouve a triste história do amor que os levou à mesma morte, um amor inspirado na leitura sobre a paixão de Lancelote por Ginevra, a qual nunca mais foi adiante. Desde então giram na infelicidade eterna de estarem juntos sem jamais conseguirem comunicar-se. O tema da memória e do

esquecimento, representado nas ilustrações fantásticas de Gustave Doré, aparece [6] nos versos finais:

***Enquanto aquela sombra o triste amor  
lembrava, a outra gemia em desconforto;  
e quase à morte fui, de tanta dor.***

O vezo exclusivista, a ignorância e o esquecimento fazem parte, tanto quanto a memória, o reconhecimento e a comemoração, da história das sociedades – e mesmo dos menores e mais fechados grupos sociais. Na dialética entre memória e esquecimento manifesta-se a oposição entre vencedores e vencidos. Nessa dialética, os homens jogam seus destinos e fazem rodar a pesada carroça da história.



[1] José Carlos Reis. "O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e 'Annales': uma articulação possível". In: *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, volume 23, número 73: 229-252.

[2] Mircea Eliade. O mito do eterno retorno. Lisboa: edições 70, 1988.

[3] Jean-Pierre Vernant. Mito e sociedade na Grécia Antiga. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1999.

[4] Michel de Certeau. A invenção do cotidiano: as artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

[5] Ester A V de Oliveira. O tempo "redescoberto" no Canto Geral. *América Hispânica*, IV (5): jan/jun 1991.

[6] Utiliza-se aqui a 2ª edição, publicada em conjunto pela Editora da Universidade de São Paulo e pela Editora Itatiaia Limitada, em 1979.